



Realização dos Benefícios da Cooperação Transfronteiriça no Domínio da Água na Bacia do Rio Cubango-Okavango

Relatório de Política da OKACOM



OKACOM

The Permanent Okavango River Basin Water Commission
Comissão Permanente das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Okavango





Índice

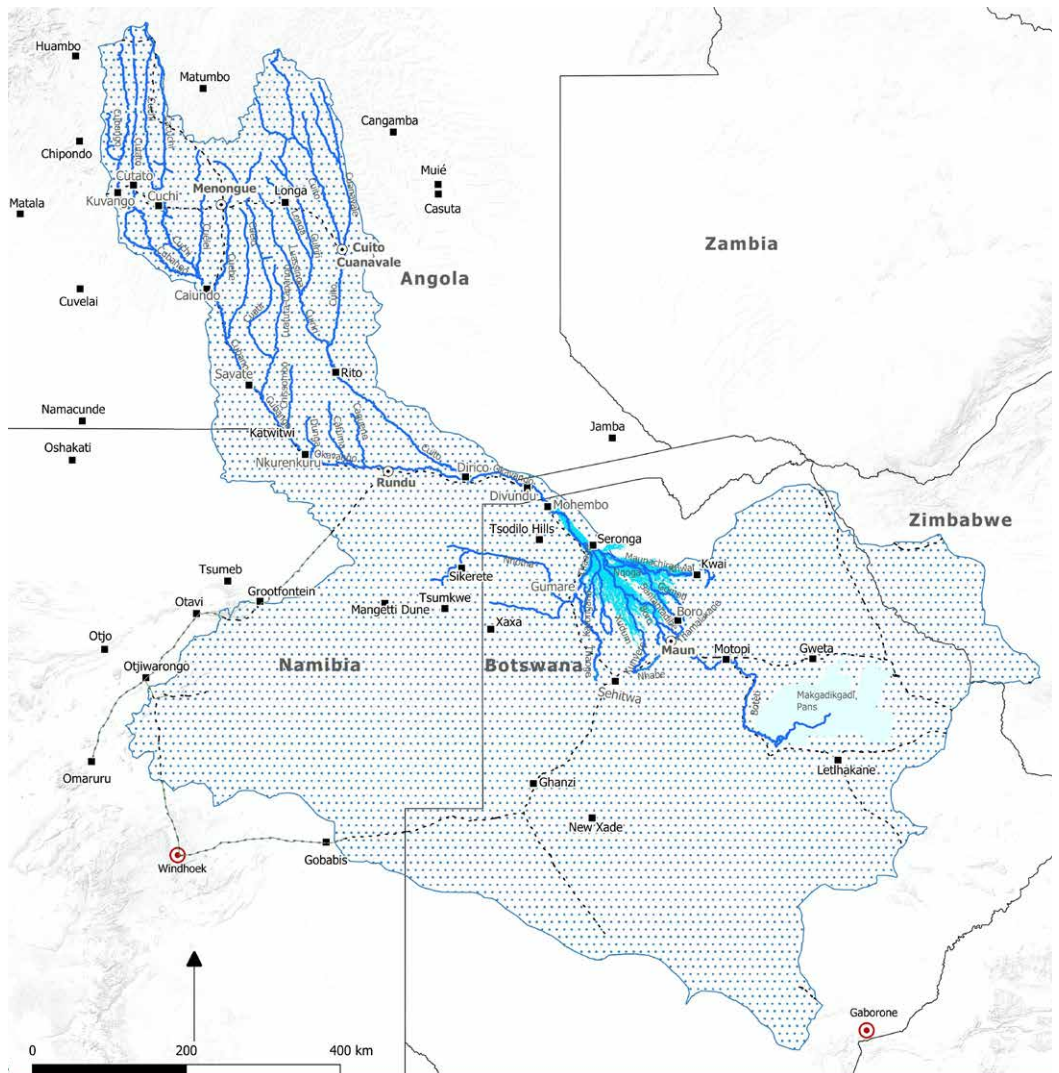
Reconhecimentos.....	2
Lista de Acrónimos.....	3
Sumário Executivo.....	4
1. Lançamento das Bases.....	7
2. Os Benefícios da Cooperação Transfronteiriça no Domínio da Água na BHRCO.....	12
3. A Análise de Oportunidades de Investimento Multi-Sectorial (MSIOA).....	16
4. Conclusões e Recomendações.....	20

Reconhecimentos



“A visão comum da OKACOM consiste em alcançar um “desenvolvimento economicamente próspero, socialmente justo e ambientalmente saudável da bacia do rio Cubango-Okavango”. ”

A Bacia Hidrográfica do Rio Cubango-Okavango com as Sub-Bacias (Fonte: OKACOM)



Este relatório político foi encomendado pelo Secretariado da Comissão Permanente das Águas da Bacia Hidrográfica do Okavango (OKACOM) no âmbito de um pedido formal dirigido ao Secretariado da Convenção sobre a Água acolhido pela Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas (UNECE). Foi elaborado por Roberto Martin Hurtado (consultor independente de economia da água) sob a orientação de Chantal Demilecamps (Secretariado da Convenção da Água), Phera Ramoeli e Tracy Molefi (Secretariado da OKACOM) e Cecil Nundwe (Banco Mundial) forneceram orientações e contributos para a sua preparação.

Este relatório de política baseia-se no material produzido no âmbito do estudo da *Análise de Oportunidades de Investimento Multi-Sectorial da Bacia do Rio Cubango-Okavango* liderado pelo Banco Mundial e da publicação da Convenção da Água “*Identificação, Avaliação e Comunicação dos Benefícios de Cooperação Transfronteiriça no Domínio da Água: Lições aprendidas e recomendações*”. Embora as pessoas envolvidas nestes dois estudos sejam demasiado numerosas para serem aqui reconhecidas, são de facto citadas nos respectivos estudos.

Publicado em 2020 pela Secretariado da OKACOM com apoio financeiro da UNECE



WORLD BANK GROUP



UNECE



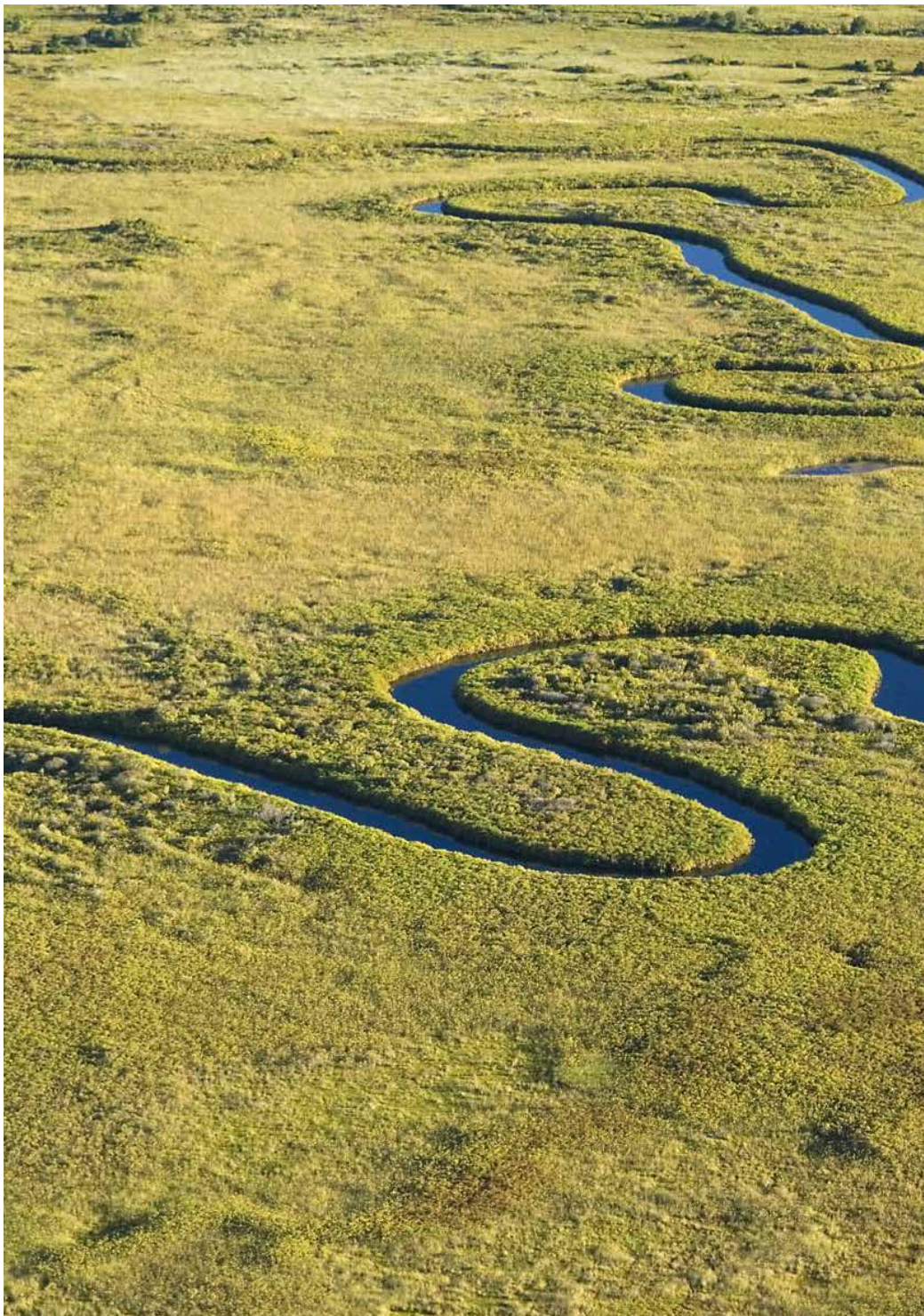
Water Convention

Comissão Permanente das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Cubango-Okavango (OKACOM)
Plot 25019, Old Lobatse Road, Gaborone, Botswana
P.O. Box 25741, Gaborone, Botswana | Tel: +267 316 1593 | www.okacom.org

Projetado por Clara Schnack and Caroline de Meersseman

Lista de Acrónimos

BHRCO	Bacia Hidrográfica do Rio Cubango-Okavango
MSIOA	Análise de Oportunidades de Investimento Multi-Sectorial
PANs	Planos de Acção Nacionais
OBSC	Comité Directivo da Bacia do Okavango
OKACOM	Comissão Permanente das Águas da Bacia do Rio Okavango
PAE	Plano de Acções Estratégicas
ODSs	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
ADT	Análise Diagnóstica Transfronteiriça
UNECE	Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas



Sumário Executivo



“O gerenciamento cooperativo bem-sucedido das bacias transfronteiriças do mundo é fundamental para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.”

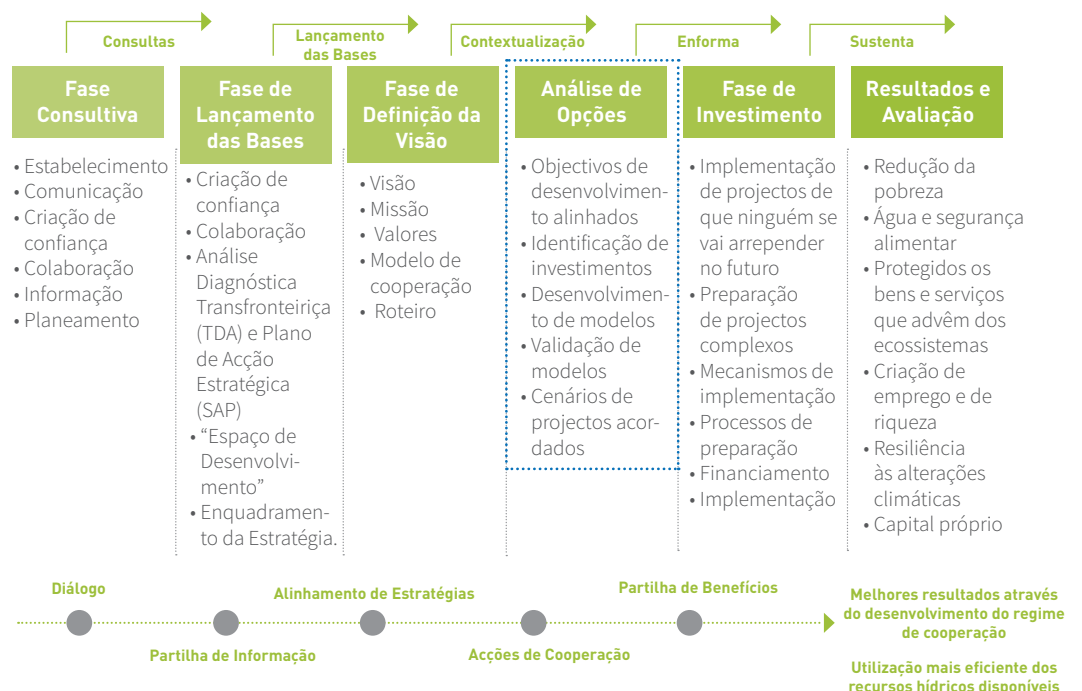


A Bacia Hidrográfica do rio Cubango-Okavango (BHRCO)

A BHRCO possui um elevado valor ambiental, embora sofra de elevados níveis de pobreza, enfrentando grandes incertezas quanto ao possível impacto das alterações climáticas. A BHRCO é ainda relativamente imaculada do ponto de vista ambiental, mas isso não durará devido às pressões da degradação da bacia hidrográfica induzida pela pobreza, particularmente na parte noroeste da bacia superior. As possíveis ameaças para a saúde da BHRCO estão a tornar-se muito reais com a necessidade de desenvolvimento dos países ribeirinhos.

Uma gestão cooperativa bem sucedida das bacias transfronteiriças do mundo é fundamental para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Angola, Botsuana e Namíbia têm vindo a cooperar no conhecimento e gestão da BHRCO no âmbito da Comissão Permanente das Águas da Bacia do Rio Okavango (OKACOM) há mais de 20 anos. A BHRCO possui um documento-quadro de política acordada, o Programa de Acções Estratégicas, que estabelece os princípios para o desenvolvimento da bacia e a melhoria da subsistência da sua população através da gestão cooperativa da bacia e seus recursos naturais partilhados. A visão comum da OKACOM consiste em alcançar um “desenvolvimento economicamente próspero, socialmente justo e ambientalmente saudável da bacia do rio Cubango-Okavango”.

Figura ES1. Desenvolvimento Institucional “Faseada” na BHRCO



Os benefícios da cooperação transfronteiriça no domínio da água na bhrco

A BHRCO está na vanguarda da identificação e da avaliação dos benefícios da Cooperação Transfronteiriça no Domínio da Água. O estudo de avaliação dos benefícios na BHRCO foi uma iniciativa liderada pela OKACOM, implementada em parceria com o Banco Mundial, o DfID e o Secretariado da Convenção da Água. Seguiu assim uma metodologia participativa. Os participantes na avaliação dos benefícios identificaram um grande número de benefícios realizados e potenciais de cooperação transfronteiriça no domínio da água na BHRCO (ver quadro ES1). A avaliação qualitativa dos benefícios realizada na BHRCO representou um primeiro passo para a caracterização da importância relativa dos diferentes benefícios e sua distribuição. O processo de realização da avaliação dos benefícios representou uma importante acção de comunicação e de envolvimento das partes interessadas. O processo e os resultados da avaliação dos benefícios da BHRCO foram comunicados à comunidade mundial da água.

Tabela ES1. Benefícios da cooperação transfronteiriça no domínio da água (realizados e potenciais) identificados através de processos participativos na BHRCO

Benefícios Económicos	Benefícios Ambientais e Sociais
<ul style="list-style-type: none"> • Forte expansão do sector do turismo • Modesta expansão das actividades agrícolas, especialmente da pesca • Melhoramento dos solos • Divisas provenientes do sector do turismo • Projectos nas áreas da energia, da irrigação e das águas • Redução dos custos dos danos causados por desastres naturais devido ao alerta precoce • Aumento do valor das parcelas de terra ao longo do rio • Diminuição do preço da água 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de emprego no sector do turismo e em sectores afins • Melhoria dos meios de sustento e redução da pobreza • Segurança alimentar • Transporte aquático e benefícios recreacionais • Melhorias no abastecimento de água potável • Coesão comunitária • Exposição a outras culturas e apreciação das mesmas • Conservação da integridade do ecossistema pelas comunidades • Conservação da biodiversidade e do ecossistema do Delta • Manutenção da boa qualidade da água no Delta
Integração Económica Regional	Benefícios nas Áreas da Paz e da Segurança
<ul style="list-style-type: none"> • Investimento em pesquisas • Investimentos em infra-estruturas rodoviárias • Aumento do turismo transfronteiriço • Reforço das relações bilaterais • Aumento das trocas comerciais transfronteiriças • Partilha de conhecimentos especializados sobre a gestão das águas, o turismo sustentável e agro-negócios. 	<ul style="list-style-type: none"> • Prevenção de conflitos • Incremento da colaboração no combate à caça furtiva e no controlo das fronteiras • Apoio dos três países à Declaração sobre o Delta do Okavango como Sítio do Património Mundial • Visitas de intercâmbio cultural • Acordo sobre uma visão comum com base numa identidade comum • Reforço da segurança, graças a sistemas de alerta rápido



Fonte: Chonguica E, R Martin-Hurtado, and R Saraiva. 2017. "Análise dos Benefícios na BHRCO", apresentação proferida no Workshop a nível de Bacia "Avaliação dos Benefícios da Cooperação Transfronteiriça no domínio da Água na BHRCOB", 10 de Maio de 2017

Análise das Oportunidades de Investimento Multissectorial (MSIOA)

A MSIOA faz parte de uma estratégia sistemática concebida pela OKACOM com o propósito de ajudar os Estados-Membros a alcançar um desenvolvimento socialmente justo, economicamente próspero e ambientalmente saudável da BHRCO. O quadro da MSIOA facilita o processo de chegar a acordo sobre o equilíbrio que deve existir entre o desenvolvimento e garantir a segurança e o funcionamento a longo prazo dos recursos naturais existentes na BHRCO. A MSIOA cria e compara diferentes "cenários" que combinam uma série de projectos de investimento. Além dos retornos económicos e do impacto ambiental, os cenários são avaliados tendo em conta o impacto social do programa de investimentos, bem como a resiliência às alterações climáticas. A MSIOA não fornece um cenário preferencial; em vez disso, fornece informações e um quadro para facilitar a tomada de decisões.



“A existência da OKACOM como uma plataforma de cooperação foi essencial para obter benefícios passados e atuais.”

- A MSIOA recomenda a adopção de três programas de desenvolvimento estratégico em toda a extensão da Bacia:
- (i) *um Programa de Melhoria dos Meios de Sustento*, que iria apoiar medidas de baixo risco necessárias para responder aos factores determinantes da pobreza subjacentes através de abordagens programáticas, no intuito de assegurar melhorias contínuas;
 - (ii) *um Quadro de Investimento no Sector do Turismo*, que iria facilitar a expansão dos investimentos do sector privado provenientes do Delta a toda a Bacia e que incluiriam mecanismos para distribuir os benefícios, visando atender às necessidades locais, e
 - (iii) *um Desenvolvimento Cooperativo de Infra-estruturas*, que incluiria três tipos de grandes projectos (abastecimento urbano de água, irrigação e energia hidroeléctrica) e que promoveria o desenvolvimento conjunto de infra-estruturas regionais, com vista a melhorar os benefícios nacionais individuais.

Conclusões e Recomendações

A existência da OKACOM, como uma plataforma de cooperação, tem sido fundamental para concretizar os anteriores e actuais benefícios. A cooperação na BHRCO já gerou uma série de benefícios económicos, sociais e ambientais. Também tem gerado benefícios nas áreas da paz e da segurança para todos os países, superando as expectativas. Todavia, existem oportunidades para oferecer benefícios em maior número e mais bem distribuídos, principalmente os relacionados com a integração económica regional. A opção de “*desenvolvimento nulo*” não é uma opção para a BHRCO, enquanto houver um Espaço de Desenvolvimento para atingir os objectivos de conservação e de desenvolvimento, se for prestado um maior cuidado à implementação, à sequenciação e à exploração de infra-estruturas. A materialização dos potenciais benefícios decorrentes da integração económica regional exige uma cooperação mais profunda e uma plataforma da OKACOM mais forte para a sua facilitação e sustentação.

- 1. Análise.** Consagrar mais esforços à comunicação dos benefícios da cooperação em diferentes escalas; prosseguir e aperfeiçoar o debate sobre os benefícios da cooperação transfronteiriça no domínio da água ao nível da BHRCO; e alargar o âmbito do debate sobre os benefícios da cooperação transfronteiriça no domínio da água aos benefícios da cooperação transfronteiriça na Bacia, de um modo mais geral, para além da água.
- 2. Planificação.** Avaliar a forma como os objectivos da cooperação transfronteiriça no domínio da água estão actualmente reflectidos em planos, programas e projectos nacionais; integrar as conclusões da avaliação dos benefícios em processos nacionais e sectoriais de planeamento; e avançar para um planeamento integrado da Bacia Hidrográfica.
- 3. Desenvolvimento Institucional.** Alargar o mandato e a capacidade da OKACOM para garantir que os benefícios tangíveis da cooperação transfronteiriça ao nível da Bacia são concretizados. Tal exigirá acções em três frentes:
 - Considerar a inclusão de outros ministérios e organismos governamentais, em particular, finanças, planeamento e desenvolvimento económico, na OKACOM, a fim de abraçar a mudança de foco, a partir de uma cooperação transfronteiriça mais restrita no domínio da água, para uma cooperação transfronteiriça mais ampla ao nível da Bacia;
 - Reflectir sobre até que ponto os actuais mecanismos institucionais são favoráveis à repartição de benefícios, e implementar as reformas que se revelem necessárias; e
 - Identificar os mecanismos ao nível da Bacia (como um mecanismo de distribuição de água ou um procedimento universal de notificação de projectos), que precisam de ser desenvolvidos para atingir os objectivos de cooperação transfronteiriça acordados, em complementaridade com os processos nacionais.
- 4. Investimentos.** Desenvolver e implementar programas de melhoria de meios de sustento, o mais rapidamente possível, e assegurar que as respostas de cooperação dos Estados-Membros terão um desempenho satisfatório numa vasta gama de possíveis cenários climáticos.

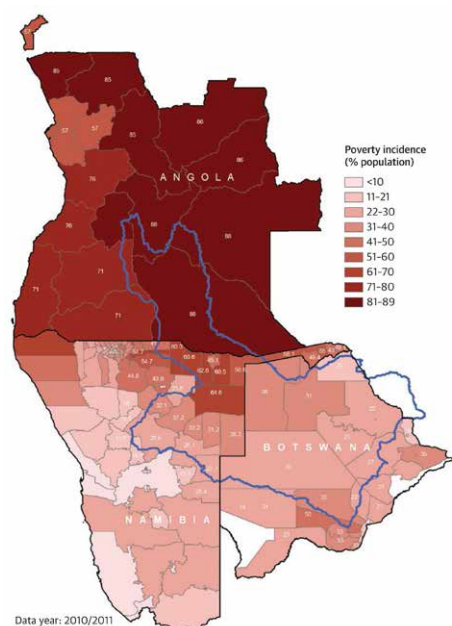
1. Lançamento das Bases

Uma gestão cooperativa bem sucedida das bacias transfronteiriças do mundo é fundamental para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs). As bacias transfronteiriças fornecem água potável e doméstica a cerca de 2 mil milhões de pessoas em todo o mundo, apoiam a irrigação para a agricultura, permitem o funcionamento das indústrias, geram electricidade e conservam os ecossistemas. Actualmente, estes recursos hídricos transfronteiriços estão sob pressão do crescimento demográfico, de padrões de desenvolvimento insustentáveis e do impacto das alterações climáticas, o que torna vital a cooperação na sua gestão. No entanto, muitos obstáculos podem impedir os países de reforçar ou adoptar uma gestão conjunta eficaz das águas transfronteiriças ou podem atrasar este processo. Estes incluem níveis diferentes de desenvolvimento socioeconómico e de capacidade institucional, prioridades divergentes ou políticas contraditórias, mas também uma percepção incompleta ou tendenciosa dos benefícios que poderiam ser alcançados através da cooperação com os seus vizinhos.¹

A Bacia Hidrográfica do Rio Cubango-Okavango (BHRCO) possui um elevado valor ambiental. Isto é particularmente verdade no Delta do Okavango, que é de importância ambiental e de biodiversidade a nível mundial. É, por exemplo, o habitat de 80 espécies de peixes, 115 espécies de mamíferos e mais de 500 espécies de aves. O Delta do Okavango tem claramente um valor imenso, tanto a nível local como global, e em reconhecimento deste facto foi declarado Património Mundial e sítio RAMSAR.

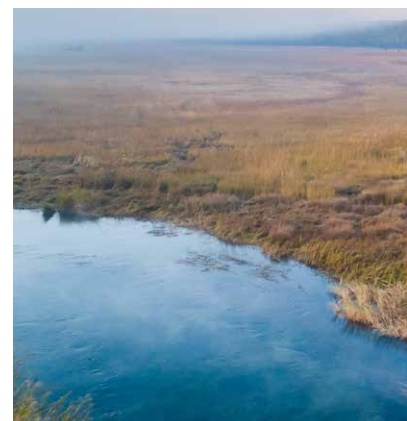
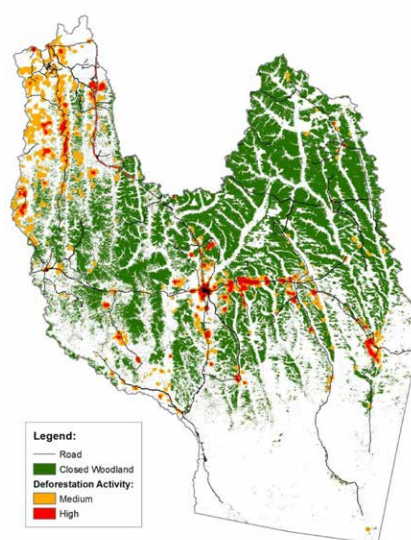
A BHRCO sofre de elevados níveis de pobreza. Embora Angola, Botsuana e Namíbia estejam classificados como países de rendimento médio-alto, apresentam níveis muito elevados de desigualdade de rendimentos e alguns dos maiores índices de pobreza em cada país encontram-se na bacia (ver Figura 1a). Como documentado na análise diagnóstica transfronteiriça (ADT), as populações da bacia são, em geral, mais pobres, menos saudáveis e menos instruídas do que outros grupos nos seus respectivos países. Mais de 50% da população da bacia vive a “nível de subsistência” - 75% no caso de Angola, 54% no caso do Botsuana e 60% no caso da Namíbia.

Figura 1a. Incidência da pobreza na BHRCO



Fonte: Banco Mundial. MSI0A.

Figura 1b. Actividade de desflorestação na BHRCO superior



¹ Nota de orientação política sobre os benefícios da cooperação transfronteiriça no domínio da água - Identificação, Avaliação e Comunicação, Nações Unidas, Nova Iorque e Genebra, 2015.



“O CORB enfrenta grandes incertezas em relação às mudanças climáticas.”

BHRCO é ainda relativamente imaculada do ponto de vista ambiental, mas isto não vai durar. O Botsuana tem seguido uma política de protecção do Delta e está empenhado na sua defesa. Mas nas zonas altas da bacia, que têm sido protegidas por um desenvolvimento limitado em Angola (em parte devido à guerra civil), o aumento da pobreza está progressivamente a minar as actuais condições ambientais. A ameaça de degradação da bacia hidrográfica induzida pela pobreza é maior na parte noroeste da bacia superior (ver figura 1b), uma área há muito densamente povoada e sensível do ponto de vista hidrológico devido aos elevados níveis de precipitação. Um estudo parcial realizado no âmbito da MSIOA mostra que a taxa anual de desflorestação quase duplicou em 2013-2015 em comparação com os quatro anos anteriores e que, sem iniciativas específicas para introduzir meios de subsistência sustentáveis, a área em estudo poderia ser totalmente desnudada de floresta fechada em 88 anos.

Possíveis ameaças à saúde da BHRCO estão a tornar-se muito reais com a necessidade de desenvolvimento dos países ribeirinhos. Cada um dos três Estados-Membros que partilham a BHRCO tem objectivos nacionais de desenvolvimento para fazer crescer as suas economias e satisfazer as necessidades das suas populações, sendo a gestão dos recursos hídricos um factor essencial para o crescimento das partes produtivas das respectivas economias (ver Caixa 1). A BHRCO abarca a divisão Norte/Sul entre zonas subtropicais e áridas na África Austral, o que resulta em assimetrias pronunciadas na distribuição dos recursos hídricos.

Caixa 1. Água e desenvolvimento nos países da BHRCO

Angola tem planos ambiciosos de desenvolvimento económico e registou recentemente níveis elevados de crescimento económico durante o recente período de elevados preços internacionais do petróleo. O desenvolvimento da parte angolana da bacia é dirigido pelo Plano Geral (2014) e inclui o desenvolvimento urbano e industrial, a agricultura irrigada até 185.000 ha e cerca de 400 megawatts de energia hidroeléctrica. O Governo planeia também desenvolver recursos minerais dentro da Bacia e expandir a indústria transformadora para processar insumos da agricultura e da exploração mineira. Prevê-se que o crescimento do sector dos serviços venha de uma vasta gama de actividades, incluindo o turismo, os transportes, as finanças e o comércio.

A Namíbia depende do rio Kavango como a única fonte perene de água que corre através do território nacional. O rio é actualmente utilizado para o turismo, abastecimento urbano de água (em especial Rundu e Divundu) e irrigação. Existem já cerca de 2.500 ha de produção de culturas de regadio no âmbito do conceito “Regime Verde”, com a intenção de alargar esta área para 16.000 ha. Os serviços associados de transformação, comercialização e transporte deverão expandir-se, juntamente com níveis mais elevados de turismo. A bacia é fundamental para os planos de abastecimento futuro de água às zonas centrais da Namíbia, em especial Windhoek, o principal centro económico e administrativo urbano do país. Para além da aplicação de um dos sistemas mais eficientes de gestão da procura e de reutilização de água do mundo, a água transferida da BHRCO é uma das duas opções em consideração, sendo a outra a possível utilização de água do mar dessalinizada.

O Botsuana está empenhado na sustentabilidade do Delta do Okavango através das designações RAMSAR e Património Mundial. A maior parte dos benefícios económicos actualmente obtidos a partir da Bacia do Okavango é através do turismo natural de baixo volume e elevado valor no Delta do Okavango e nos seus arredores. As opções de desenvolvimento futuro centram-se em grande medida na salvaguarda e no aumento dos benefícios derivados do turismo e na garantia de uma distribuição mais equitativa dos benefícios. Na bacia mais vasta, existem projectos de investimento noutros sectores que poderão exigir água da BHRCO, nomeadamente o sector mineiro.

Fonte: Banco Mundial. 2019. Relatório de Síntese da “Análise de Oportunidades de Investimento Multi-Sectorial.”

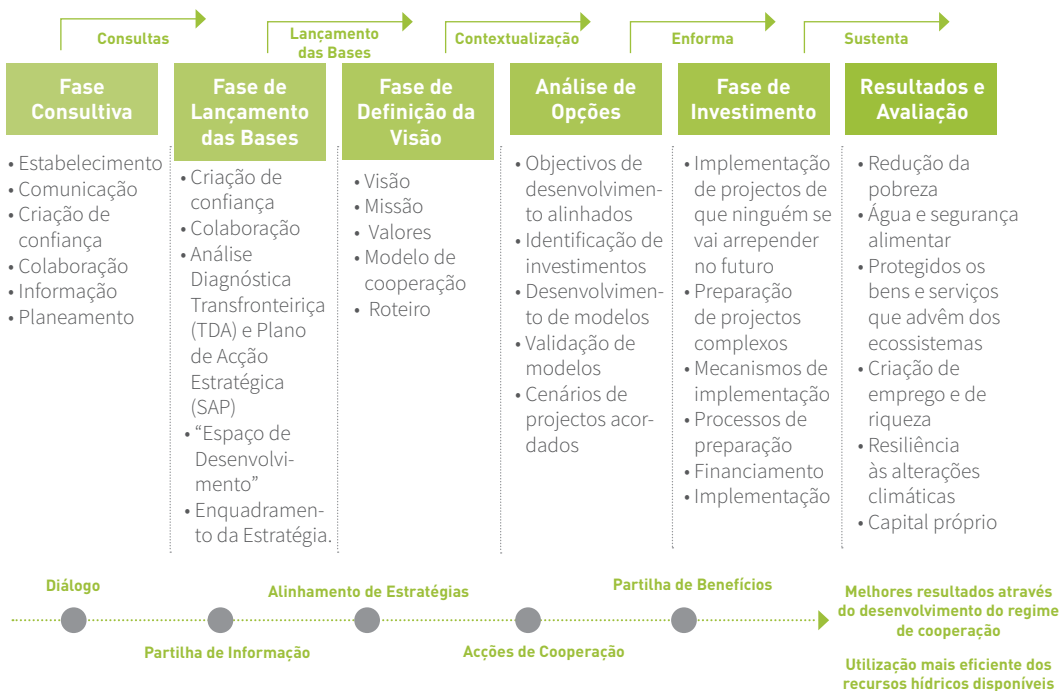
A BHRCO enfrenta grandes incertezas no que respeita às alterações climáticas. As projecções climáticas futuras para a BHRCO revelam uma grande variação no leque de condições climáticas plausíveis até 2050. Estas projecções mostram consenso quanto a um aumento global sistemático da temperatura de 1°C a 3°C, com grande variação nas previsões de precipitação futura em comparação com o registo histórico.

Angola, Botsuana e Namíbia têm vindo a cooperar no conhecimento e gestão da BHRCO no quadro da OKACOM há mais de 20 anos. Este processo de cooperação tem seguido várias fases, que podem ser caracterizadas como “consultivo”, “fundação”, “visionamento” e “análise de opções” (ver Figura 2). Esta

cooperação forneceu uma base sólida para facilitar a comunicação entre os Estados-Membros, a criação de confiança e processos conjuntos para compreender e acordar as complexas interações entre os Estados, bem como os factores bio-geofísicos e socioeconómicos que caracterizam a bacia. Entre os resultados importantes destas fases contam-se a Análise Diagnóstica Transfronteiriça (ADT), o Programa de Acções Estratégicas (PAE), um exercício de visionamento, uma avaliação de benefícios e uma análise de oportunidades de investimento multi-sectorial. A fase de “análise de opções” ainda não está concluída, devendo ser seguida pelas fases de “investimento” e “resultados e avaliação”.

A BHRCO tem um documento-quadro político acordado que estabelece os princípios para o desenvolvimento da bacia e a melhoria dos meios de subsistência da sua população através da gestão cooperativa da bacia e dos seus recursos naturais comuns. O Programa de Acções Estratégicas é um documento de planeamento a médio prazo que se destina à adesão voluntária dos Estados-Membros. O seu conteúdo é apoiado por e em conformidade com os respectivos planos de desenvolvimento nacionais e os Planos de Acção Nacionais (PANs) que foram desenvolvidos em paralelo com o PAE. A aplicação do PAE é da responsabilidade dos Estados da bacia, independentemente como componente dos respectivos PANs e colectivamente como parte integrante da OKACOM.

Figura 2. Desenvolvimento Institucional “Faseada” na BHRCO



Fonte: Banco Mundial



2. Os Benefícios da Cooperação Transfronteiriça no domínio da Água na BHRCO



“Com base na longa história de cooperação na bacia, é importante garantir que avançar na realização da Visão sirva para reforçar o espírito de cooperação entre os Estados Membros.”



A BHRCO está na vanguarda da identificação e da avaliação dos benefícios da cooperação transfronteiriça no domínio da água. As Partes na Convenção sobre a Protecção e Utilização dos Cursos de Água Transfronteiriças e dos Lagos Internacionais (Convenção da Água) adoptaram a *Nota de Orientação Política sobre os Benefícios da Cooperação Transfronteiriça no domínio da Água - Identificação, Avaliação e Comunicação* (UNECE, 2015). A Nota de Orientação Política oferece orientações sobre a forma de realizar avaliações dos benefícios, para ajudar os países ribeirinhos a passar da percepção para os factos no que respeita ao que podem ganhar com o reforço da cooperação sobre as suas águas comuns. A BHRCO é uma das três bacias onde a Nota de Orientação Política tem sido aplicada. A experiência da BHRCO e das outras duas bacias foi analisada na publicação “Identificação, Avaliação e Comunicação dos Benefícios da Cooperação Transfronteiriça no Domínio da Água” (UNECE, 2018), que identifica uma série de lições aprendidas e recomendações para ajudar a informar a concepção e implementação de futuros exercícios de avaliação de benefícios.

A avaliação dos benefícios na BHRCO foi uma iniciativa liderada pela OKACOM, implementada em parceria com o Banco Mundial, o DfID e o Secretariado da Convenção da Água. Impulsionado pelos debates sobre os benefícios da cooperação transfronteiriça no domínio da água no âmbito da Convenção da Água, o Secretariado da OKACOM encomendou, em 2015, um documento de delimitação do âmbito sobre os benefícios da cooperação transfronteiriça na BHRCO. O documento de delimitação do âmbito, baseado na análise da literatura e nos debates com o Secretariado da OKACOM, incluiu uma rápida identificação dos benefícios e dos beneficiários e uma proposta para o desenvolvimento de uma avaliação completa dos benefícios. O documento de delimitação do âmbito foi bem recebido na reunião anual dos Comissários da OKACOM em 2015 e, alguns meses depois, a OKACOM obteve o apoio do Banco Mundial para o desenvolvimento de uma avaliação dos benefícios. O objectivo da avaliação de benefícios era “obter uma compreensão clara de toda a gama de benefícios da cooperação transfronteiriça no domínio da água na BHRCO até à data, levando a uma cooperação reforçada e contribuindo para a realização da visão da bacia hidrográfica”. O Banco Mundial mobilizou fundos da Cooperação para as Águas Internacionais em África (CIWA) para desenvolver uma MSIOA e a avaliação de benefícios. O Banco Mundial mobilizou fundos adicionais do Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DfID), financiado pelo Mecanismo de Desenvolvimento de Infraestruturas Resilientes às Alterações Climáticas (CRIDF), para contratar três consultores nacionais (um por país) para efectuar a identificação nacional dos benefícios da cooperação, enquanto o Secretariado da Convenção da Água foi convidado a contribuir para o processo, fornecendo assim orientações técnicas.

A avaliação dos benefícios na BHRCO segue uma metodologia participativa única. O desenvolvimento da avaliação dos benefícios incluiu uma reunião inicial dos parceiros para acordar a abordagem em Fevereiro de 2016, o desenvolvimento de orientações metodológicas a utilizar pelos consultores nacionais para identificar e avaliar qualitativamente os benefícios da cooperação em cada país (incluindo um guia de entrevistas), a organização de três seminários por país na bacia (um por país), inquéritos de percepção das partes interessadas que consistem numa série de consultas e/ou entrevistas com as principais partes interessadas e sectores nacionais nas três capitais, a elaboração de três relatórios de perspectiva nacionais, uma segunda reunião dos parceiros para analisar os resultados dos documentos de perspectiva nacionais e a organização de um workshop sobre a bacia hidrográfica que reunirá representantes dos três países e de diferentes sectores para discutir os resultados da avaliação dos benefícios em Maio de 2017.

Tabela 1. Partes Interessadas envolvidas na avaliação dos benefícios
Classificado por grupo de partes interessadas

Ministérios e Agências Nacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional (Botsuana) • Departamento de Assuntos Hídricos (Botsuana) • Departamento de Assuntos Ambientais (Botsuana) • Departamento de Turismo (Botsuana) • Ministério da Energia e Águas (Angola) • Ministério do Ambiente (Angola) • Ministério da Agricultura e Florestas (Angola) • Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (Angola) • Ministério do Ambiente e do Turismo (Namíbia) • Direcções de Gestão dos Recursos Hídricos e de Silvicultura do Ministério de Agricultura, Água e Silvicultura (Namíbia) • Ministério das Pescas e dos Recursos Marinhos (Namíbia)
Autoridades e Agências Locais	<ul style="list-style-type: none"> • Departamento Local dos Assuntos Hídricos (Botsuana) • Departamento Local dos Assuntos Ambientais (Botsuana) • Comité de Gestão das Zonas Húmidas do Okavango • Autoridade Tradicional Shambyu (Namíbia)
Utilizadores de Água, Sectores Económicos	<ul style="list-style-type: none"> • Operadores turísticos (Botsuana) • Associação de Turismo do Botsuana • Pólo de Desenvolvimento Turístico da Bacia do Okavango (Angola) • Rede Nacional de Transporte de Electricidade (Angola) • Agência de Desenvolvimento das Empresas Agrícolas (Namíbia) • Agro-Marketing and Trade Agency (Namíbia) • Empresa de Serviços de Abastecimento de Água / Namibia Water Corporation (Namíbia)
Sociedade Civil e Academia	<ul style="list-style-type: none"> • Universidade do Botsuana • Parceria Mundial da Água - Botsuana • Associação para a Conservação do Ambiente e para o Desenvolvimento Rural Integrado (Angola)
Organizações Regionais	<ul style="list-style-type: none"> • Comissão Permanente das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Okavango
Parceiros Técnicos e Financeiros	<ul style="list-style-type: none"> • Secretariado da Convenção da Água, UNECE • Banco Mundial • CRIDF • Programa Ambiental Regional da África Austral

Nota: Alguns nomes de instituições mudaram desde que a avaliação das prestações foi efectuada.

Fonte: UNECE. 2018. [Identificação, Avaliação e Comunicação dos Benefícios da Cooperação Transfronteiriça no domínio da Água]. Nações Unidas: Nova Iorque e Genebra.



Os participantes no exercício de avaliação de benefícios identificaram um grande número de benefícios realizados e potenciais da cooperação transfronteiriça no domínio da água na BHRCO. O exercício de delimitação do âmbito identificou benefícios relacionados com o turismo (incluindo crescimento económico, emprego, receitas fiscais ou investimentos transfronteiriços), segurança para os investidores no que respeita aos direitos à água, acesso à água e aos serviços de saneamento, meios de subsistência sustentáveis, conservação da biodiversidade, laços comerciais mais estreitos e redução do risco de conflito. A identificação participativa dos benefícios destacou igualmente, entre outros, os benefícios relacionados com a segurança alimentar, a coesão comunitária ou a segurança, graças aos sistemas de alerta precoce. Os benefícios foram classificados segundo a tipologia desenvolvida no âmbito da Convenção da Água (ver Quadro 2).



Tabela 2. Benefícios da cooperação transfronteiriça no domínio da água (realizados e potenciais) identificados através de processos participativos na BHRCO *ticipatory processes in the CORB*

Economic Benefits	Social and Environmental Benefits
<ul style="list-style-type: none"> • Forte expansão do sector do turismo • Modesta expansão das actividades agrícolas, nomeadamente da pesca • Melhoria do uso do solo • Divisas do sector do turismo • Projectos nos domínios da energia, irrigação e água • Redução dos custos das catástrofes naturais devido ao alerta precoce • Aumento do valor das parcelas ao longo do rio • Diminuição do preço da água 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de emprego no turismo e sectores conexos • Melhoria dos meios de subsistência e redução da pobreza • Segurança alimentar • Transporte por água e benefícios recreativos • Melhoria do abastecimento de água potável • A coesão comunitária • Exposição a outras culturas e apreciação das mesmas • Conservação da integridade do ecossistema pelas comunidades • Conservação da biodiversidade e do ecossistema do delta • Manutenção da boa qualidade da água no delta • Mais colaboração na gestão dos recursos naturais • Protecção do ambiente a montante e do caudal dos rios • Melhoria do controlo das espécies invasoras
Regional Economic Integration	Peace and Security Benefits
<ul style="list-style-type: none"> • Investimentos em investigação • Investimento em infraestruturas rodoviárias • Aumento do turismo transfronteiriço • Melhoria das relações bilaterais • Aumento do comércio transfronteiriço • Partilha de conhecimentos sobre gestão da água, turismo sustentável e agronegócios. 	<ul style="list-style-type: none"> • Prevenção de conflitos • Maior colaboração na luta contra a caça furtiva e nos controlos fronteiriços • Apoio dos três países à declaração de Património Mundial do Delta do Okavango • Visitas de intercâmbio cultural • Acordo sobre uma visão partilhada com base numa identidade partilhada • Aumento da segurança graças aos sistemas de alerta rápido

Fonte: Chonguica E, R Martin-Hurtado, and R Saraiva. 2017. "Análise dos Benefícios na BHRCO", apresentação proferida no Workshop a nível de Bacia "Avaliação dos Benefícios da Cooperação Transfronteiriça no domínio da Água na BHRCOB", 10 de Maio de 2017.

A avaliação qualitativa dos benefícios realizada na BHRCO representa um primeiro passo para a caracterização da importância relativa dos diferentes benefícios e da sua distribuição. A metodologia desenvolvida para orientar o desenvolvimento da avaliação dos benefícios incluiu uma avaliação qualitativa dos diferentes benefícios identificados através de um exercício de classificação dos benefícios da cooperação. O exercício de classificação foi realizado através das entrevistas com os principais intervenientes nacionais e dos workshops nacionais (para os intervenientes locais da bacia). A caixa 2 explica como o exercício de classificação foi realizado durante o workshop da Namíbia. No Botsuana, a classificação dos benefícios revelou-se bastante difícil durante as entrevistas, mas funcionou bastante bem durante o workshop. A quantificação foi limitada ao documento de perspectivas do Botsuana, que incluía estatísticas sobre as receitas do turismo e as conclusões de um estudo de avaliação económica anterior (desenvolvido como parte da ADT). Nos workshops nacionais os participantes foram convidados a identificar os benefícios para o seu próprio país, mas também a identificar os benefícios para outros países.

Caixa 2. Avaliação qualitativa dos Benefícios da Cooperação na Bacia Hidrográfica do Rio Cubango-Okavango

A avaliação dos benefícios da BHRCO baseou-se, em grande medida, nos documentos de perspectiva nacionais, que, na sua maioria, basearam-se nos resultados dos workshops nacionais. Durante o workshop da Namíbia, foi inicialmente solicitado às partes interessadas que identificassem os benefícios da cooperação, os classificassem de acordo com a tipologia da Convenção da Água e indicassem os períodos do processo de cooperação da BHRCO: antes da criação da OKACOM, antes da criação do Secretariado da OKACOM, nos últimos anos, ou no futuro. Foi também solicitado aos interessados que classificassem a importância dos benefícios individuais através de um mecanismo de votação, indicado na foto abaixo, pelo número de pontos amarelos. As partes interessadas também identificaram se as acções para a realização dos benefícios dependem principalmente da decisão dos decisores políticos (pontos cor-de-rosa) ou se estão, na sua maioria, sob o seu próprio controlo (pontos verdes).

Fonte: Honsbein D. 2016. Análise de Benefícios para a Bacia Hidrográfica do Rio Cubango-Okavango (BHRCO) – Relatório Nacional da Namíbia. Relatório encomendado pelo CRIDF.

O processo de avaliação dos benefícios representou uma importante acção de comunicação e de envolvimento das partes interessadas. Dezenas de decisores relevantes - de diferentes sectores e níveis de decisão - e partes interessadas participaram nas entrevistas e/ou nos workshops nacionais. Além disso, os resultados intercalares foram apresentados aos Comissários da bacia hidrográfica, às partes interessadas que participaram nos workshops da MSIOA, tendo sido discutidos no workshop a nível da bacia. Revelou-se útil o envolvimento de intervenientes que não estão normalmente envolvidos na gestão transfronteiriça da água, tal como o sector do turismo. Contudo, poderiam ser envidados mais esforços para comunicar os resultados da avaliação dos benefícios a nível nacional.

O processo e os resultados da avaliação dos benefícios da BHRCO foram comunicados à comunidade mundial da água através da sua inclusão numa publicação da Convenção da Água, bem como numa apresentação na 8ª sessão da Reunião das Partes na Convenção da Água que teve lugar em Nur-Sultão (Cazaquistão), em Outubro de 2018.



3. A Análise de Oportunidades de Investimento Multi-Sectorial (MSIOA)



“O resultado do MSIOA coloca números para as compensações entre retorno econômico, saúde do rio, justiça social e resiliência climática.”

A MSIOA faz parte de uma estratégia sistemática da OKACOM que visa ajudar os Estados-Membros a alcançar um desenvolvimento socialmente justo, economicamente próspero e ambientalmente saudável da BHRCO. Este objectivo está a ser prosseguido através da formulação de um Programa de Investimento Sustentável e Equitativo Resiliente às Alterações Climáticas que baseia-se no longo historial de cooperação e nas bases fornecidas pela Análise Diagnóstica Transfronteiriça e pelo Plano de Acções Estratégicas. A MSIOA destina-se a ajudar a OKACOM e os Estados-Membros, fornecendo os instrumentos necessários para examinar as implicações das diferentes opções de desenvolvimento e identificar uma série de soluções possíveis para equilibrar os diferentes interesses.

A MSIOA tinha três objectivos

- (i) prestar assistência à OKACOM e aos Estados ribeirinhos na identificação de projectos de investimento em infraestruturas que servirão de catalisador para o desenvolvimento social e económico da bacia,
- (ii) propor formas de colaboração que possam contribuir para a realização dos objectivos de desenvolvimento nacional, facilitando simultaneamente a sustentabilidade económica e ambiental global da bacia, em especial a conservação do Delta, e
- (iii) examinar o conceito de “espaço de desenvolvimento” no âmbito do qual se pode chegar a acordo sobre compromissos estratégicos de desenvolvimento.

Figura 3. Potenciais desenvolvimentos urbanos, agrícolas e de barragens na BHRCO



Fonte: Banco Mundial. 2019. “A Análise de Oportunidades de Investimento Multi-Sectorial da Bacia do Rio Cubango-Okavango: Relatório de Síntese.”

A MSIOA compara diferentes “cenários”. Os cenários são combinações de opções de investimento internamente consistentes que permitem a comparação entre diferentes combinações de projectos potenciais. Os cenários analisados na BHRCO consistem numa combinação de meios de subsistência, irrigação, turismo, abastecimento de água e projectos hidroeléctricos. Estes cenários foram identificados através de um processo de revisão, consulta e validação com um vasto leque de intervenientes sectoriais em cada um dos Estados-Membros. Os projectos provêm de planos nacionais, com pressupostos informados sobre as necessidades de água e os custos associados.

Tabela 3. Cenários de desenvolvimento da bacia analisados na MSIOA (todos com base no cenário de melhoria dos Meios de Subsistência)

IL	Inclui o fornecimento de água para uso doméstico, higiene, pecuária e agricultura de subsistência, com base numa quantidade média de 70 litros por pessoa por dia.
BDS1	Analisa a adição da captação CAN ao cenário do projecto de melhoria dos meios de subsistência.
BDS2	Inclui 66.720 ha de irrigação (55.060 ha em Angola, 11.660 ha na Namíbia; captação total de 698 milhões de m ³ /ano), com o Malobasdam (40 megawatts) no rio Cubango, em Angola.
BDS3	Igual ao BDS2 mas inclui a barragem de Mucundi (105 megawatts) no rio Cubango, em Angola.
BDS4	Igual ao BDS2 mas inclui a barragem de Cuito Cuanavale (12 megawatts) para examinar as consequências a jusante do desenvolvimento no afluente do rio Cuito.
BDS5	Inclui um nível de irrigação mais elevado (131.685 ha, dos quais 131.685 ha): 120.525 ha em Angola e 11.660 ha na Namíbia; captação total de 1.559 milhões de m ³ /ano juntamente com as barragens do Cavango e Malobas (51 megawatts).
BDS6	Igual ao BDS5, mas inclui as quatro barragens com um total de 168 megawatts.
BDS7	Inclui 222.261 ha de irrigação (captação total: 2.542 milhões de m ³ /ano) mais as barragens do Cavango e Malobas com um total de 51 megawatts.
BDS8	Inclui 302.701 ha de irrigação (captação total: 3.557 milhões m ³ /ano) mais as barragens do Cavango e Malobas com um total de 51 megawatts.
BDS9	Foi definido após discussões com as partes interessadas nos Workshops Nacionais realizados em Julho-Agosto de 2016. O nível de irrigação é intermédio entre BDS2-BDS4 e BDS5-BDS6 (100.660 ha; dos quais 87.500 ha em Angola, 11.160 ha na Namíbia e 2.000 ha na zona do panhandle do Botsuana). Inclui também uma transferência inter-bacias dentro de Angola de água do rio Cubango para o Cuvelai. As 4 barragens estão incluídas neste cenário (1687 megawatts). Captação total: 1.301 milhões de m ³ /ano.
BDS10	O mesmo que o BDS9, mas inclui a secagem simulada como cenário de alteração climática

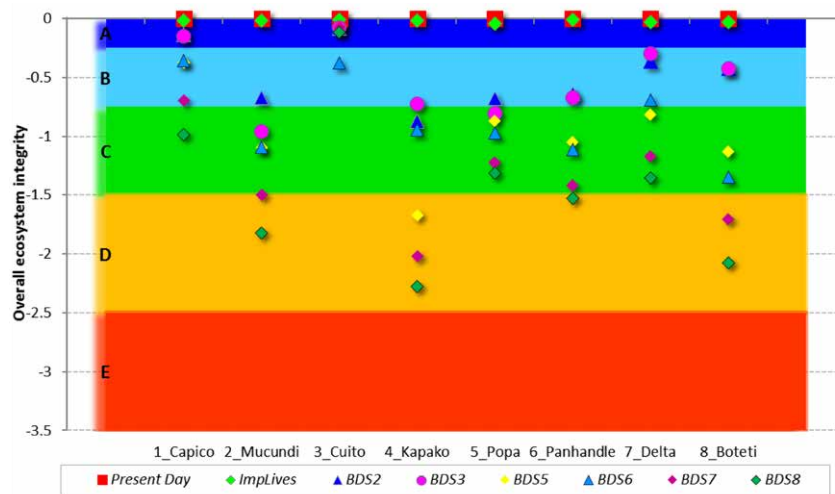


A MSIOA não fornece um cenário preferido, mas informações e um quadro para facilitar as decisões, oferecendo assim (i) uma visão das implicações sobre os afluentes imediatos e mais a jusante dos diferentes tipos de desenvolvimentos; (ii) orientações sobre os tipos e níveis de investimento que podem ser razoavelmente realizados nas diferentes partes da bacia e (iii) um quadro para os Estados-Membros, através do OKACOM, acompanharem os desenvolvimentos dos países vizinhos e manterem um diálogo construtivo sobre a melhor forma de promover interesses comuns, partilhar benefícios e alcançar resultados equitativos. AO MSIOA deixa aos decisores o julgamento sobre os limites aceitáveis dos danos ambientais - o nível de desenvolvimento decidido pelos decisores nos três Estados-Membros determinará o custo e o valor dos retornos, bem como o nível de impacto ambiental aceitável.



“O impacto acumulado deste programa de Meios de Subsistência Melhorados não teria impacto material no fluxo do rio na Bacia - menos de 1%.”

Figura 4. Integridade esperada do ecossistema em diferentes pontos de medição após a implementação de diferentes cenários



Fonte: MSIOA

O quadro da MSIOA facilita o processo de acordo sobre o equilíbrio entre o desenvolvimento e a garantia da segurança e do funcionamento a longo prazo dos recursos naturais existentes na BHRCO.

A MSIOA determinou o estado actual da saúde do rio e modelou os impactos prováveis de várias opções de desenvolvimento na saúde do rio. A saúde do rio é medida em termos de caudais ambientais - a quantidade, o calendário e a qualidade dos caudais necessários para manter ecossistemas dependentes, bem como os meios de subsistência e o bem-estar humano que dependem desses ecossistemas. O estado ecológico do habitat do rio foi classificado em seis categorias, desde uma condição natural não modificada (Categoria A) até uma condição criticamente modificada com perda quase total do habitat natural e biota (Categoria F) em que as funções básicas do ecossistema foram destruídas e as alterações são irreversíveis.

Para além do retorno económico e do impacto ambiental, a MSIOA tem igualmente em conta o impacto social do programa de investimentos nos diferentes cenários.

A Declaração de Visão da BHRCO inclui a promoção da Justiça Social como parte do futuro preferido a longo prazo para a população da Bacia. A MSIOA desenvolveu um Índice de Justiça Social que engloba várias medidas de melhoria dos meios de subsistência no âmbito dos ODSs, incluindo medidas sobre os benefícios de saúde pública da água urbana, o rendimento dos trabalhadores nos sistemas de irrigação e o valor económico da electricidade não capturada nas tarifas cobradas aos consumidores de electricidade. Um outro indicador de justiça social e de redução da pobreza é a medida em que os investimentos em sectores de crescimento da economia, tal como a agricultura, criam emprego assalariado directo e indirecto - o que também é medido na modelização.

A MSIOA apoia fortemente o desenvolvimento de um programa de melhoria dos meios de subsistência.

Para além dos grandes projectos de desenvolvimento identificados nos Planos Nacionais, foi analisado um programa de investimento em meios de subsistência rurais que incluía o fornecimento de água para uso doméstico (beber, cozinhar, etc.), higiene, pecuária e agricultura de subsistência (hortas comunitárias), com base numa quantidade média de 70 litros por pessoa por dia. O impacto acumulado deste programa de melhoria dos meios de subsistência não teria um impacto material no caudal do rio na bacia - menos de 1%. O programa visaria mais de 840.000 pessoas, das quais mais de 600.000 localizadas em Angola.

O resultado da MSIOA coloca os números nas contrapartidas entre retorno económico, saúde do rio, justiça social e resiliência às alterações climáticas.

Os cenários reflectem, em geral, uma complexidade crescente com o aumento do número de projectos de desenvolvimento. Como não existiam estudos de viabilidade ou de pré-viabilidade a partir dos quais se pudessem extrair dados verificados, os resultados produzidos, em particular os números financeiros e económicos, representam ordens de grandeza e não “respostas” numéricas definitivas.

A MSIOA recomenda a adopção de três programas estratégicos de desenvolvimento à escala da bacia.

Estes incluem:

- **Programa de Reforço dos Meios de Subsistência**, apoiando medidas de baixo arrependimento necessárias para combater os factores subjacentes à pobreza através de abordagens programáticas para assegurar melhorias contínuas. Proporciona uma intervenção de relativamente curto prazo que pode basear-se em iniciativas existentes para proporcionar retornos rápidos na abordagem dos factores subjacentes à pobreza. Estas medidas de apoio não podem ser utilizadas para demonstrar a comprovação do conceito de iniciativas a longo prazo no âmbito de um fundo de dotações específico.
- **Quadro de Investimento Turístico**, que tem o potencial para alavancar o investimento do sector privado, desde que existam quadros adequados para proporcionar um acesso seguro aos terrenos; estes devem ser alargados do Delta para toda a bacia com mecanismos de distribuição de benefícios para dar resposta às necessidades locais. Este quadro ilustra a forma como a OKACOM poderia facilitar a mobilização de recursos do sector privado, criando, por conseguinte, um ambiente propício adequado. A orientação dos investimentos do sector privado com esforços para alargar a distribuição dos benefícios ajudaria a consolidar o empreendimento cooperativo entre os Estados-Membros e a criar reforços positivos para a sustentabilidade do sistema.
- **Desenvolvimento Cooperativo de Infraestruturas**. Existem três tipos de grandes projectos que foram identificados a nível conceptual na análise - abastecimento de água urbano, irrigação e energia hidroeléctrica. O desenvolvimento conjunto de infraestruturas regionais pode aumentar os benefícios nacionais individuais. O desenvolvimento cooperativo de infraestruturas, tal como a barragem de Mucundi, pode proporcionar um mecanismo para responder às necessidades de desenvolvimento da bacia dentro de um quadro sustentável e consolidar o empreendimento cooperativo entre os Estados-Membros. Uma concepção cuidadosa, informada por informações científicas sólidas e por mecanismos adequados de supervisão institucional pode, de facto, assegurar benefícios sustentados para os três Estados-Membros.

Caixa 2. Cálculo dos custos e financiamento dos programas de investimento sugeridos pelo MSIOA

Programa de Reforço dos Meios de Subsistência. A mobilização de um financiamento de 80 a 100 milhões de dólares ou mais em projectos poderia sustentar um programa de melhoria dos meios de subsistência à escala da bacia durante um período de 3 a 5 anos, em paralelo com a criação de um fundo de dotações específico. Uma dotação igual ou superior a 100 milhões de USD permitiria então um investimento perpétuo de 5 a 10 milhões de USD por ano para reforçar os programas governamentais em áreas prioritárias de cada Estado-Membro.

Enquadramento do Investimento Turístico. Um programa estruturado com Assessores de Transacção dedicados para facilitar um acordo de concessão com disposições específicas que ampliem os benefícios do turismo poderia ser implementado no âmbito do Plano de Acções Estratégicas para a bacia. Existem várias fontes de financiamento disponíveis para apoiar a formulação de tal processo, que poderia ser agilizado entre 12 a 18 meses por menos de 1 milhão de dólares para definir o quadro para a realização de investimentos tangíveis no desenvolvimento do turismo na bacia.

Desenvolvimento Cooperativo de Infraestruturas. Para um projecto do tipo e tamanho da Barragem do Mucundi, o âmbito inicial do projecto ou estudo de pré-viabilidade poderia custar na ordem de 1 a 2 milhões de dólares e levar 1 a 2 anos. O próximo passo na formulação do projecto exigiria um estudo de viabilidade detalhado e uma avaliação de impacto ambiental e social, que normalmente custaria na ordem de 6 a 8 milhões de dólares para um projecto desta natureza e poderia demorar mais de 1 a 2 anos para ser concluído. Com base nos resultados dos estudos de viabilidade, o desenvolvimento do projecto poderia ser realizado sob vários modelos, mas uma abordagem tradicional de concepção detalhada e supervisão, com um ano para a concepção detalhada e aquisição, seguido pela supervisão do período de construção durante um período de 4 a 6 anos, poderia requerer US\$25 a US\$30 milhões em serviços de consultoria para a construção e comissionamento de um projecto com um custo total de capital de US\$385 milhões (o valor estimado para uso nos modelos da MSIOA mas sujeito a revisão uma vez que os estudos completos tenham sido concluídos). Existem várias opções de financiamento para apoiar os trabalhos preparatórios com vários mecanismos de financiamento de subvenções disponíveis para facilitar os projectos transfronteiriços inovadores.





“A única solução sustentável é abordar os fatores subjacentes à pobreza por meio de investimentos direcionados que podem melhorar a vida da população da Bacia dentro de limites de mudança ecologicamente aceitáveis.”

4. Conclusões e Recomendações

Conclusões

A cooperação na BHRCO já gerou uma série de benefícios económicos, sociais e ambientais. Esses benefícios variam entre escalas - local (redução da pobreza na Namíbia, melhoria da qualidade da água na Botswana), nacional (qualidade ambiental, geração de receitas) e global (preservação de habitats únicos). Variam igualmente entre países - com Angola ganhando conhecimento para a tomada de decisões, Namíbia gerando receitas na agricultura e mineração e Botswana beneficiando do desenvolvimento turístico. Mais benefícios podem ter sido acumulados que os identificados neste relatório de política - a avaliação de benefícios realizada foi baseada em consultas e não foi exaustiva.

A cooperação na BHRCO também tem gerado benefícios de paz e segurança para todos os países, e mais do que o esperado. As relações e a confiança entre os três países melhoraram drasticamente, gerando benefícios para a paz e a segurança através da prevenção de possíveis conflitos. A OKACOM provou ser um quadro útil para discutir e negociar os desenvolvimentos. Existem também exemplos de benefícios de segurança decorrentes de acções positivas, tais como a adaptação a eventos climáticos extremos e o controlo de doenças.

Existem oportunidades de proporcionar mais e melhores benefícios distribuídos, na sua maioria relacionados com a integração económica regional. Estas incluem o aumento do comércio de bens, o desenvolvimento de infraestruturas transnacionais (estradas, redefinição da barragem do Mucundi) e investimentos nos sectores da irrigação, energia hidroeléctrica ou turismo (quer se trate de projectos num país que beneficiam de intercâmbio internacional de conhecimentos, projectos conjuntos num país por investidores de diferentes países ou projectos transfronteiriços). Há um reconhecimento entre os intervenientes do Botswana e da Namíbia que Angola tem beneficiado menos e tem o “direito de se desenvolver”.

A existência da OKACOM como plataforma de cooperação tem sido fundamental para a realização dos benefícios passados e actuais. A cooperação na BHRCO gera benefícios em cascata. A cooperação precoce centrada nos benefícios ambientais; assegurar esses benefícios ambientais requer a realização de benefícios económicos e sociais; a criação de confiança trabalhando em conjunto gerou benefícios de paz e segurança e preparou o caminho para futuros benefícios de integração económica regional. A OKACOM ajudou a elevar o perfil da bacia e os seus desafios de desenvolvimento, atraiu recursos e, através da geração de conhecimento e da criação de confiança, acelerou a maturidade e o sucesso da cooperação.

A opção “sem desenvolvimento” não é uma opção para a BHRCO. A falta de desenvolvimento já está a conduzir a elevados níveis de pobreza e crescente degradação da Bacia. A única solução sustentável é lidar com os factores subjacentes da pobreza através de investimentos específicos que possam melhorar a vida da população da Bacia dentro de limites de mudança ecologicamente aceitáveis.

Existe um Espaço de Desenvolvimento na BHRCO para cumprir os objectivos de desenvolvimento e conservação se for tomado muito cuidado na implementação, sequenciamento e operação da infraestrutura. A MSIOA indica que existe uma margem considerável para investimentos na subsistência, agricultura, turismo e produção de energia na BHRCO, sem comprometer demasiadamente os activos ambientais da Bacia.

A concretização dos potenciais benefícios da integração económica regional exige uma cooperação mais profunda e uma plataforma OKACOM mais forte para a facilitar e sustentar. Os Estados-Membros beneficiariam de uma plataforma de cooperação que continua a facilitar a criação e gestão do conhecimento, mas que também é capaz de facilitar o planeamento coerente das bacias hidrográficas em todos os Estados-Membros e a implementação de políticas acordadas a nível de toda a bacia. Os exercícios do PAE e MSIOA fornecem uma boa base, mas também mostram os limites do actual modelo institucional - incluindo a capacidade da OKACOM para aconselhar os Estados-Membros sobre como integrar os princípios, objectivos e políticas acordadas a nível de toda a bacia nos processos de desenvolvimento nacional. Facilitar o desenvolvimento e implementação, por exemplo, de uma política de atribuição de água a nível de toda a bacia ou o consentimento prévio informado de projectos relacionados com a água exigiria um repensar substancial do mandato e das capacidades da OKACOM.

Recomendações

- 1. Dedicar mais esforços para comunicar os benefícios da cooperação em diferentes escalas.** A natureza participativa da recente avaliação dos benefícios tornou a mesma numa ferramenta de comunicação eficiente. Os resultados têm sido comunicados de forma eficaz à comunidade internacional. O número de participantes na avaliação de benefícios foi, no entanto, necessariamente limitado, e o pessoal das instituições desloca-se frequentemente. Assim, há uma necessidade de comunicar de forma mais ampla os benefícios da cooperação no domínio da água às partes interessadas a nível nacional e às populações das bacias hidrográficas.
- 2. Continuar e aperfeiçoar a discussão sobre os benefícios da cooperação transfronteiriça no domínio da água na BHRCO.** Actualmente não há informação suficiente para substanciar a importância relativa dos benefícios a diferentes níveis. Uma melhor compreensão do tamanho dos diferentes tipos de benefícios, as fontes desses benefícios, como os diferentes intervenientes beneficiam, e como a combinação de diferentes actividades pode maximizar os benefícios conjuntos seria útil para informar as decisões políticas e de investimento. Além disso, as perspectivas sobre benefícios potenciais evoluirão ao longo do tempo, à medida que as condições ambientais e o desenvolvimento socioeconómico mudam. Uma opção é manter um item permanente sobre os benefícios da cooperação transfronteiriça no domínio da água durante as reuniões anuais do Comité Directivo da Bacia do Okavango (OBSC).
- 3. Expandir a discussão sobre os benefícios da cooperação transfronteiriça no domínio da água para os benefícios da cooperação transfronteiriça na bacia, de forma mais geral.** Isto implicaria considerar todos os projectos dentro da bacia que têm um impacto transfronteiriço, bem como os projectos transfronteiriços, independentemente do sector. Isto permitirá alargar o âmbito da análise das opções de cooperação e das contrapartidas, otimizando assim os benefícios dentro da bacia e partilhando os benefícios entre os três Estados-Membros.
- 4. Avaliar como os objectivos da cooperação transfronteiriça no domínio da água se reflectem actualmente nos planos, programas e projectos nacionais.** Foram realizados esforços significativos de análise e planeamento a nível da bacia, incluindo o desenvolvimento do Programa de Acções Estratégicas. No entanto, actualmente, todas as responsabilidades de implementação recaem sobre os três Estados-Membros. Isto significa que conhecer os progressos alcançados na tradução dos objectivos da cooperação transfronteiriça no domínio da água em processos nacionais é da maior importância. Esta avaliação poderia ser realizada independentemente por cada Estado-Membro e partilhada com os outros Estados-Membros, ou o Secretariado da OKACOM poderia ser mandatado e dotado de recursos para levar a cabo a mesma. Para ser mais útil, esta avaliação deveria ser realizada regularmente, por exemplo, de três em três anos.
- 5. Integrar as conclusões da avaliação dos benefícios nos processos de planeamento nacional e sectorial.** A avaliação dos benefícios foi realizada formalmente como um exercício isolado, mas foi concebida como parte desse conjunto de esforços analíticos e de planeamento. As suas conclusões devem ser integradas nos processos de decisão relacionados com a fase de análise de opções do programa de investimento da OKACOM. As reformas políticas serão provavelmente necessárias para tornar operacional a partilha de benefícios entre os três Estados-Membros.
- 6. Avançar para o planeamento integrado das bacias. São necessárias, por conseguinte, vias de desenvolvimento resilientes para otimizar a repartição de água em apoio à bacia e aos planos nacionais de desenvolvimento e evitar constrangimentos ao desenvolvimento, ao mesmo tempo em que se melhora o bem-estar dos cidadãos dentro da bacia.** Isto requer a consideração de projectos de todos os sectores que ocorrem na bacia, e não apenas projectos relacionados com a água.
- 7. Expandir o mandato e a capacidade da OKACOM para assegurar que os benefícios tangíveis da cooperação transfronteiriça das bacias sejam realizados.** Isto exigirá uma acção em três frentes:

 - considerar a inclusão de outros ministérios e agências governamentais na OKACOM, em particular as finanças, planeamento e desenvolvimento económico, a fim de abraçar a mudança de foco da cooperação





“Para que a redução da pobreza seja sustentável, não é suficiente implementar apenas um conjunto de projetos de meios de subsistência isolados e independentes.”

transfronteiriça mais estreita no domínio da água para uma cooperação transfronteiriça mais ampla da bacia;

- reflectir sobre até que ponto os actuais acordos institucionais são conducentes à partilha de benefícios, e implementar reformas conforme necessário; e
- identificar mecanismos a nível da bacia (tais como um mecanismo de atribuição de água ou um procedimento universal de notificação de projectos) que devem ser desenvolvidos para alcançar os objectivos de cooperação transfronteiriça acordados, em complementaridade com os processos nacionais existentes.

8. Desenvolver e implementar programas de melhoria dos meios de subsistência o mais rapidamente possível, especialmente na parte Angolana da Bacia onde residem dois terços da população da Bacia.

Para que a redução da pobreza seja sustentável, não é suficiente implementar apenas um conjunto de projectos isolados e autónomos de subsistência. É necessário um programa integrado de regeneração rural, apoiado por políticas nacionais e financiamento do sector público que conduza a meios de subsistência sustentáveis e a contribuições líquidas positivas das populações rurais para as economias nacionais.

9. Assegurar que as respostas cooperativas dos Estados-Membros terão um desempenho satisfatório numa vasta gama de cenários climáticos possíveis.

O conjunto mais apropriado de investimentos na gestão da água pode diferir significativamente, dependendo do que o futuro reservar. Qualquer plano futuro deverá cada vez mais abordar as incertezas resultantes de potenciais alterações climáticas. Deve ser evitada uma dependência excessiva da produção de culturas alimentares irrigadas e esquemas de irrigação não económicos que são vulneráveis à seca. Desenvolvimentos em larga escala devem seguir um planeamento faseado e adaptativo - desenvolvimentos que se encaixem no limite inferior de incerteza poderiam ser planeados e implementados inicialmente, e à medida que mais conhecimento se tornar disponível, investimentos subsequentes poderiam prosseguir.





OKACOM

*The Permanent Okavango River Basin Water Commission
Comissão Permanente das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Okavango*

Supported by



WORLD BANK GROUP



UNECE



Water Convention